

A ESCOLA NORMAL EM MARINGÁ-PR: O ENSINO PÚBLICO COMO PROJETO POLÍTICO

Marlete dos Anjos Silva Schaffrath
Universidade Estadual de Maringá

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata do estudo de alguns aspectos da origem da Escola Normal na cidade de Maringá, no Paraná tendo com eixo central a investigação de seus elementos sócio-históricos determinantes. Para tanto, constitui-se uma discussão a partir de uma perspectiva histórica que traz descritos alguns aspectos em torno da formação docente no Brasil dentro de um contexto das políticas públicas para a escolarização do povo brasileiro, privilegiando-se sua dinâmica na cidade de Maringá.

O Ensino Normal em Maringá teve início no ano de 1856 e foi uma concretização das reivindicações da comunidade maringaense, da mesma forma como expressava um movimento nacional em torno da democratização do ensino público. No caso do modelo de Ensino Normal investigado nesta pesquisa, tratou-se de um curso de três anos, de nível secundário e mantido pelo poder público estadual. Em todo o país a Escola Normal preparava os professores para atuarem no magistério das séries iniciais, e as séries iniciais oferecidas pelas escolas públicas estavam em franca ascensão. No *roll* de motivos para tantos investimentos no ensino público primário estava o interesse constituir um corpo de cidadãos alfabetizados para o exercício democrático do voto.

O trabalho inicial da pesquisa se constituiu num levantamento das fontes disponíveis em Maringá. Nesta fase, os dados disponíveis livros, monografias, dissertações e teses, jornais e outros, foram encontrados nos arquivos da Biblioteca da Universidade Estadual de Maringá, Biblioteca Pública Municipal e Arquivos de escolas estaduais. O material pesquisado forneceu muitas informações valiosas para a composição deste trabalho, da mesma forma que indicou a necessidade de se buscar outros dados, em outras fontes.

Neste trabalho de pesquisa, também foram importantes as leituras de bibliografias que dão suporte ao trabalho de contemporizar a educação brasileira nos anos 50 - década em que se deu a instalação da Escola Normal em Maringá - a fim de

melhor situar o Ensino Normal Maringaense como parte de um processo ou projeto de educação nacional.

Do mesmo modo, foram levantadas algumas referências sobre o Ensino Normal brasileiro e paranaense, justamente por que supõe-se a instalação da primeira Escola Normal em Maringá articulada com um projeto educacional mais amplo e que embora mantivesse algumas particularidades, não poderia, pela perspectiva de projeto nacional e/ou estadual, fugir aos padrões comuns estabelecidos para o Ensino Normal em todo o país.

Finalmente, alimentam este trabalho, os dados empíricos acerca do funcionamento da primeira Escola Normal instalada na cidade, coletados nos arquivos do Instituto de Educação Estadual Maringá, instituição que no passado abrigou o Curso Normal em Maringá. Neste caso, os documentos reconstituem brevemente o histórico da instalação da referida escola, assim como apresentam sua grade curricular.

DESENVOLVIMENTO

Aspectos da sociedade brasileira na década de 40/50:determinantes da Escola Normal ?

Com o objetivo de estudar aspectos da vida sócio-política e educacional em nível nacional, a fim de melhor compreender o significado da instalação de um Curso Normal em Maringá, empreendeu-se a leitura de algumas referências bibliográficas que trazem considerações acerca da época em estudo e também do “ambiente” educacional vivido pelo país. Neste sentido, apresenta-se algumas apreensões dos trabalhos de autores escolhidos.

Para Fazenda (1980) a sociedade brasileira dos anos que se seguiram após a I Guerra Mundial veio se tornando cada vez mais urbana e industrial e a idéia de uma educação pública, gratuita e obrigatória começa fazer parte das lutas sociais no país. Na década de 20 a Reforma de Francisco Campos que propunha uma atuação mais concisa do Estado em relação à educação, foi um marco na luta ideológica pela escola pública. Na década de 30, foi o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” quem defendeu a bandeira da escola educação nacional.

Após a queda de Vargas em 1945, o país volta a normalidade democrática e as ações em direção a estruturação do ensino público começam a tomar forma legal. Aqui estão algumas delas: (Romanelli*, 1980 apud Fazenda, 1985, p.39)

1. Decreto-lei 8.529 de 2 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Primário);
2. Decreto-lei 8.530 de 2 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal);
3. Decretos-lei 8.621 e 8.622 de 10 de janeiro de 1946 (criam o Serviço nacional de Aprendizagem Comercial);
4. Decreto-lei 9.613 de 20 de agosto de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Agrícola).

As ações legais em torno do ensino nacional, da forma como se apresentam nos decretos, mostram antes de uma preocupação em organizar as bases do ensino no Brasil, uma proposta de dualizar o ensino, acentuando as discriminações sociais, já que a escola poderia selecionar os que iriam continuar seus estudos em cursos superiores e aqueles que deveriam optar por uma formação aligeirada para o mercado de trabalho.

Segundo Aranha (1996) depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) o Brasil passa a viver a Segunda fase do Período Republicano ou a Segunda República. Este foi o período de emergência das classes populares urbanas resultantes da industrialização que, insatisfeitas com suas condições de vida e trabalho, pressionam o governo que para conter tais pressões acaba tomando medidas populistas de sensibilidade aos anseios populares mas, ao mesmo tempo adota medidas para manipular e dirigir a vontade das massas.

O Governo interfere na economia criando vários grupos industriais nacionais, assim como estabelece o monopólio do petróleo, criando a Petrobrás. Neste período, destaca-se a supremacia da economia dos EUA, cujos interesses imperialistas se chocam com os nossos interesses nacionalistas. Assim tivemos um período marcado pelo populismo na política e pelo nacional-desenvolvimentismo na economia.

Esta foi também uma época de importantes conquistas culturais: Bossa Nova, Cinema Novo e a conquista da Copa Mundial de 1958. No que se refere à educação, a Constituição de 1946 reflete o processo de redemocratização do país após a queda da ditadura de Vargas. Os "Pioneiros da Educação Nova" retomam suas bandeiras e em

* ROMANELLI, O . **História da educação no Brasil** – 1930-1973. Petrópolis: Vozes, 1980.

1955 foi criado o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) com a tarefa de repensar a educação nacional, rompendo com os chamados "transplantes" culturais.

Ainda de acordo com Aranha (1996), a intensa produção teórica do período repercute nos diversos movimentos pedagógicos com a intenção de despertar as massas para a reflexão crítica da situação em que vivíamos. Essa reflexão acarreta forte interesse pela educação popular.

De acordo com Ghiraldelli (1992), em meados dos anos 40, a população brasileira vivia em sua maior parte, na zona rural. No entanto, a urbanização e a crescente industrialização do país, trouxeram para o cenário político a presença do proletariado urbano. Certos setores de vanguarda desta classe almejavam a construção de um partido de esquerda forte que congregasse idéias do socialismo da União Soviética, ainda que o ideal de vida e democracia americanos encantassem parcelas da burguesia brasileira.

O partido comunista, criado em 1922 e cassado em na década de 30, volta após a abertura democrática de 1945 ganhando força para atuar na vida democrática do país e nas questões do ensino. A população, nesta época, reivindicava mais escolas públicas e melhores condições de ensino para os professores. Os parlamentares comunistas envolveram-se com estas questões. A atuação políticos como Otávio Brandão, Aparício Torelly (o Barão de Itararé) e Paschoal Lemme, foi intensa nas campanhas pela democratização e melhorias do ensino público no Brasil.

De acordo com o autor, no início da década de 50, o pensamento progressista de vários matizes do socialismo conquistava boa parte da intelectualidade brasileira. A partir daí viu-se o pensamento de esquerda no Brasil comprometer-se com a problemática do ensino público. Em 1959, veio a público o "Manifesto dos Educadores Mais uma Vez Convocados", invocando idéias do "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova" de 1932. Este documento tratou de questões gerais de política educacional e reafirmava o Escolanovismo como tendência das escolas brasileiras. Nos anos 50, esteve no Brasil o educador francês Pierre Faure a fim de divulgar teorias educacionais de Dalton (americana), Montessori (italiana) e Lubienska (francesa), todas teorias da Pedagogia Nova de inspiração católica.

Otaíza Romanelli (1998), ao descrever este período da história brasileira, afirma que com a revolução de 30, o fim do poder das velhas oligarquias favoreceu a criação de

condições básicas para o surgimento do capitalismo industrial no Brasil. O que também acabou criando condições para que se modificasse o horizonte cultural e os níveis de aspiração de parte da população brasileira. A demanda social da educação cresce e se consubstancia em forte pressão para a expansão do ensino. O que se verificou a partir daí foi que a expansão do ensino se deu de forma atropelada, improvisada, já que o Estado agia com vistas ao atendimento das pressões do momento muito mais, do que propriamente voltava-se para uma política nacional de educação.

A instabilidade verificada na expansão escolas caracterizava-se pelo dualismo uma vez que de um lado, cresceram a procura pela escola e as oportunidades educacionais e de outro lado, a estrutura escolar não sofreu mudanças substanciais a ponto de oferecer quantitativa e qualitativamente o ensino que a sociedade carecia. Contudo, foi entre os anos de 50 e 60 que o índice de alfabetização no Brasil conheceu seu maior progresso, sobretudo graças a implantação do ensino supletivo em diversos Municípios.

Ainda de acordo com Romanelli (1998), a Constituição de 1946 esmerava-se na retomada ao regime democrático e caracterizava-se pelo espírito liberal e democrático de seus enunciados. E foi com este espírito que a Lei destacou a incumbência da União em legislar sobre as leis e bases da educação nacional. Neste mesmo ano, o então Ministro da Educação Clemente Mariani constituiu uma comissão a fim de estudar e propor um projeto para a educação nacional. Esta comissão foi presidida por Lourenço Filho. Elaborado o anteprojeto e encaminhado a Câmara Federal, iniciou-se um longo período (13 anos) de marchas e contramarchas que iriam resultar na Lei 4.024 de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que deu início a uma nova fase da educação brasileira.

Este era, em linhas gerais o quadro sócio-político e educacional brasileiro no período alvo de nossos estudos. Agora, já temos alguns elementos acerca do momento histórico vivido pela sociedade brasileira, que nos permitem vislumbrar o contexto em que se dava a estruturação do tipo de escola como as “Normais” em todo o Brasil, assim como a manutenção das já existentes. A seguir, passamos a descrever um pouco das condições de estruturação que o Ensino Normal encontrou em Maringá.

No que se refere ao Ensino Normal, instituído no Brasil em 1835 com a criação da Escola Normal de Niterói, no Rio de Janeiro, pode-se dizer que esta modalidade de ensino foi reivindicada pela sociedade brasileira a partir da preocupação em formar

contingente alfabetizado para o exercício do voto, para o trabalho qualificado e outras exigências da sociedade moderna que se erguia sob a égide do capitalismo industrial¹. Movida pelos ideais de publicização do ensino, a sociedade brasileira, nas mais deferentes fases do seu desenvolvimento social, via no Ensino Normal, um vetor para o progresso, o que se poderia garantir com muito mais propriedade com professores devidamente habilitados.

Em breve retrospecto das ações legais referentes ao ensino Normal no Brasil, podemos dizer que desde a sua instituição, as Escolas Normais ficavam ao encargo das Províncias (tanto a criação como a manutenção destas escolas.) Segundo Tanuri (1970)², a Província do Paraná criou sua primeira escola Normal no ano de 1876, pela lei n ° 456, de 12 de dezembro de 1876³. Desde então, a Província e depois o estado do Paraná regeu o Ensino Normal em seu território. Somente com a criação da Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-lei 8.530 de 2 de janeiro de 1946) é que o Ensino Normal passou a ser organizado em bases nacionais, porém o Decreto teve curta duração, de acordo com Tanuri (1970) sua vigência foi apenas de oito meses, tendo sido substituído pela Carta magna de 1946 que estabelece mais uma vez a responsabilidade dos estados da federação em prover o Ensino Normal em seus territórios. Ainda segundo a autora, a referida Lei Orgânica continuaria regendo estes cursos até meados da década de 70.

Maringá: as condições políticas, econômicas e sociais

Desde a década de 20, e especialmente no período entre os anos 40 e 60, o Paraná experimentou um crescimento demográfico ímpar dentre os estados brasileiros. O destaque paranaense se deveu principalmente à ocupação das terras correspondentes a Região Norte do Estado, cujas características eram consideradas propícias para a exploração da cafeicultura. Maringá, como todas as cidades da Região Norte, nasceu sob o impulso da economia cafeeira. Sua área, loteada e planejada pela empresa colonizadora de terras “Companhia de Terras Norte do Paraná”, hoje, “Companhia

¹ C.f. SCHAFFRATH, M. A. S. **A Escola Normal Catharinense de 1892: profissão e ornamento.** 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

² TANURI, L. M. **Contribuição para o estudo da Escola Normal no Brasil.** Pesquisa e planejamento. São Paulo, v13, dez.1970, p. 7-98.

³ Idem, p. 26.

Melhoramentos Norte do Paraná”, atraiu brasileiros de todo o país, sobretudo dos estados de São Paulo e de Minas Gerais.

A respeito da colonização da referida área, De Marchi (1988), revela que ainda na década de 20, vieram para o Brasil técnicos ingleses a fim de analisar a situação financeira e comercial do Brasil por conta da dívida que o país tinha com a Inglaterra e, também para estudar a possibilidade de implantação de uma companhia inglesa no Brasil com o objetivo de explorar algodão para suprir sua indústria têxtil. O técnico inglês Lord Lovat fez os estudos necessários, levou os resultados para o Governo inglês que autorizou imediatamente a Companhia Sudam Plantation⁴ que se instalasse no Brasil e iniciasse seus trabalhos. A Companhia se instalou em Londrina (PR) e logo mudou de ramo, deixando de lado o cultivo de algodão, passando a se dedicar a colonização das terras do norte do Paraná, ainda por serem desbravadas. Com 515 mil alqueires de terras adquiridos, a Companhia deu início ao processo de venda dos lotes e urbanização das áreas comercializadas. Mais tarde, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, a Companhia inglesa vendeu sua parte para uma Companhia paulista que denominava-se Companhia de Terras Norte do Paraná, hoje, Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, conforme afirmam Dias e Tonella (1998).

Para Luz (1980)⁵, chama a atenção a rapidez com que as terras da região foram colonizadas, desbravadas e cobertas de plantações, especialmente de café. Assim, “As etapas de seu desenvolvimento foram ‘queimadas’, passando-se quase da mata virgem para um traçado humanístico e uma arquitetura arrojados” (Luz, 1980, p.7). Segundo a autora, neste contexto o desenvolvimento de Maringá pode ser considerado um fenômeno urbano, pois quatro anos após o lançamento da pedra fundamental que originou seu núcleo urbano, Maringá foi elevada a categoria de sede do Município de Mandaguari.

A fotografia (fotografia 01- 029/1943) a seguir, é do ano de 1943 e mostra a chegada dos primeiros desbravadores das terras que dariam origem a cidade de Maringá.

Fonte: Acervo de fotos do Patrimônio Municipal de Maringá (foto 01- 029/1943).

⁴ A Sudam Palntations era uma poderosa Companhia Inglesa cujo objetivo principal no Brasil era investigar condições de plantio de algodão para a indústria têxtil na Inglaterra.

⁵ LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá.**1980. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Paulo, 1980.



Em 1947, foi criado no noroeste do Paraná o Município de Mandaguari, conforme prevê a Lei nº 2 de 10 de outubro de 1947⁶, que dispunha sobre a divisão administrativa do estado. O novo Município criado, contava com quatro distritos: Mandaguari, Marialva, Paranavaí e Maringá

Segundo France Luz (1980) a economia maringaense, por ocasião de sua fundação, girava em torno da agricultura e das atividades comerciais e de prestação de serviços locais que se instalavam na cidade. Os mais destacados na agricultura e em nas profissões liberais, foram compondo um grupo de maior projeção social e estavam sempre a frente dos eventos promovidos na comunidade, fossem eles de cunho social ou religioso.

Mais tarde, com a elevação de Maringá a Município, diversos órgãos da administração pública estadual e federal vieram para cá. Aqui foram instalados Delegacia de Polícia, Inspeção de Ensino, Distrito Sanitário, Distrito Rodoviário, Coletorias Estadual e Federal. Os funcionários destas instituições, juntamente com os profissionais liberais, intelectuais, industriais e pequenos, médios e grandes agricultores passaram a formar a “elite” maringaense, presente nas atividades sociais, beneficentes, culturais, religiosas, etc. Foi este grupo quem forneceu os nomes para a composição do quadro político da cidade.

⁶ Lei nº 2 de 10 de outubro de 1947, estabelece os limites de Maringá (Diário Oficial do estado do Paraná, Curitiba, ano XXXV [189-]: 13/10/1947.

A fotografia abaixo (foto 02-044/1950) mostra a primeira visita do Governador Bento Munhoz da Rocha Neto a Maringá em 1950. Da esquerda para a direita: Prefeito de Maringá, Inocente Vilanova, Bento Munhoz da Rocha Neto, e Hermann M. Barros, diretor da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná que fazia discurso saudando o Governador.



Fonte: Acervo de fotos do Patrimônio Municipal de Maringá (foto 02- 044/1950).

Os líderes políticos possuíam poder econômico e prestígio pelo exercício de cargos públicos e assim se lançavam no cenário político. Em nível local, o marco para a institucionalização do exercício do poder legislativo e executivo foi o dia 9 de novembro de 1952. Data da primeira eleição para a Prefeitura e Câmara de vereadores de Maringá que nesta ocasião elegeu seu primeiro prefeito: Inocente Vilanova Júnior, do PTB .De acordo com Dias e Tonella (1998), entre discursos, saudações e comemorações, não faltaram, por parte dos parlamentares eleitos, reiteradas considerações acerca dos desafios a serem vencidos pela administração maringaense, dentre eles, a instalação de rede de esgoto, água, luz e melhorias na rede de ensino público.

A fotografia a seguir (foto 03-02/1952) mostra a grande movimentação nas ruas Maringá por ocasião da primeira eleição para prefeito da cidade



Fonte: Acervo de fotos do Patrimônio Municipal de Maringá (foto 03- 02/1952).

Maringá: a estrutura disponível para o ensino público

Maringá, considerada como o pólo de colonização de todo o norte paranaense, e não obstante ao fato de ter-se tornado sede do Município, também vai sofrer, em seus primórdios, com a ausência de infra-estrutura nos diversos setores, dentre eles o educacional. O Município de Maringá foi criado no ano de 1951, com execução administrativa no ano de 1952, mas bem antes disso, no ano de 1942, o núcleo populacional que daria início ao Município começava a se instalar na área da cidade que hoje conhecemos como “Maringá Velho”. Os registros na literatura acerca da criação e evolução de Maringá, dão conta de que no ano de 1942, foi inaugurado o Hotel Maringá, a primeira casa do patrimônio da cidade, que recebera este nome por inspiração da música de Joubert de Carvalho antes mesmo que este núcleo formado por desbravadores de terras colonizadas desse origem a cidade de Maringá.

De todo modo, tanto no povoado que se formava quanto no recém criado Município, a estrutura educacional era mínima. Não havia uma rede de escolas estruturada (e nem poderia, dada a sua condição de recente urbanização), o que se tinha, era o improvisado dos primeiros habitantes que organizavam aulas em suas próprias casas, pagando aqueles que possuíssem algum conhecimento, para que ministrassem aulas, que basicamente consistiam no estudo das quatro operações e na escrita do próprio nome. Contudo, era um modelo de instrução informal, ao encargo de pessoas leigas e com

pouca escolarização.

A expansão econômica de Maringá, acompanhada pelo crescimento da população, despertou entre os moradores a necessidade da criação de uma escola, visto que o número de crianças em idade escolar era muito grande. Foi então que um grupo de pioneiros passou a reivindicar tal melhoria junto ao então Prefeito de Mandaguari, a quem Maringá pertencia politicamente desde o ano de 1947.

Nesse intuito e visando dar a essa escola um cunho mais efetivo, um caráter formal, o Município convidou a professora Dirce de Aguiar Maia, formada no Rio de Janeiro e residente em Cambe (norte do Paraná), para que se encarregasse da Educação em Maringá. A condição imposta pela Prefeitura de Mandaguari, para que fosse criada a referida escola, foi que houvesse uma turma com 40 alunos matriculados. A exigência não significou obstáculo para a constituição da primeira turma de alunos do ensino elementar de Maringá, já que havia crianças em idade escolar em número suficiente para que fosse aberta uma turma. Crianças em idade escolar havia, o que faltava porém era o interesse dos pais no aprendizado formal dos filhos. No caso de Maringá, foi preciso que a Professora Dirce juntamente com alguns pioneiros percorressem diversos sítios, onde se concentrava parte significativa da população infantil, convencendo os pais da necessidade de enviarem seus filhos a escola, uma vez que as famílias contavam com a ajuda dos filhos na lavoura e não queriam dispensá-los. Era preciso convencê-los a matricular seus filhos na escola, conforme descrevem os apontamentos encontrados nos arquivos do Patrimônio Municipal de Maringá⁷.

Contudo, em 1946, começou a funcionar a primeira escola, localizada no Maringá Velho⁸, com o nome de “Casa Escolar”, passando a denominar-se “Escola Isolada do Maringá. Velho” em 1947. A Escola funcionou numa construção rústica de madeira, construída pelos próprios moradores, que também se encarregaram da confecção dos bancos escolares.

Inicialmente o prédio construído tinha capacidade para abrigar 18 alunos, porém o sucesso alcançado por essa iniciativa acarretou uma procura maior de vagas, o que obrigou seus patrocinadores a empreenderem campanhas em prol da ampliação das salas de aula. Foi necessário também que a escola funcionasse em vários períodos a fim de atender ao requisito de 40 alunos matriculados e que os pais construíssem as carteiras

⁷ Documento não catalogado e sem autoria, disponível para pesquisa sobre educação em Maringá, encontrado nos arquivos do Patrimônio Municipal.

⁸ Maringá Velho foi o local onde se instalou o primeiro núcleo de colonização em Maringá.

para que seus filhos pudessem sentar-se. A criação da primeira escola foi um marco na história da cidade que assim registrou este momento:

No ano de 1946, mês de março, teve início o ensino em terras de Maringá. A cidade com clareira iluminadas pela civilização, sorriu também ao sol do saber, em pequena sala sem janelas (...) Dezoito carteiras e uma mesa pequena marcam a história do nascimento do ensino, quando abnegadas mestras, ao lado da professora Dirce de Aguiar Maia, 1^a diretora em Maringá ministravam instrução a 48 criancinhas...⁹

A fotografia abaixo (foto 04) retrata o grupo de alunos e a professora da primeira escola de Maringá (“Casa Escolar”), durante desfile comemorativo do aniversário de Maringá em 1947.



Fonte: Acervo de fotos do Arquivo Patrimônio Municipal de Maringá (foto 04- 029/1947).

O Distrito de Maringá foi fundado em 1947 e no ano de 1951, Maringá foi desmembrada do Município de Mandaguari a quem pertencia juridicamente¹⁰, segundo

⁹ Texto componente do histórico fornecido pela Escola Dr. José Gerardo Braga, de Maringá. Arquivado nesta mesma escola

¹⁰ Cabe lembrar que o Município de Maringá, era composto inicialmente dos seguintes Distritos: Iguatemi, Floresta, Ivatuba, Dr. Camargo, Paiçandú, sendo que os seus limites iam até as margens do Rio Ivaí, desde Marialva.

Luz (1988, p.168). Com a elevação de Maringá a Município¹¹ deu-se a eleição do eleito do 1º Prefeito, Inocente Villanova Jr, cuja administração teve com uma das principais preocupações, construir um número muito grande de escolas, seguindo a tendência nacional de ampliação da rede escolar. O quadro abaixo (Quadro 01), mostra a criação de escolas em larga escala, sob a administração da primeira gestão da prefeitura de Maringá.

Quadro 01: Relação das escolas criadas na 1ª gestão da Prefeitura de Maringá-1952/1956.

ESCOLAS	ANO
Escola Rural Municipal “Quintino Bocaiúva”	1952
Escola Rural Municipal “Afonso Pena”	1952
Escola Rural Municipal “Barão do Cerro Azul”	1952
Escola Rural Municipal “José Bonifácio”	1952
Escola Rural Municipal “Anita Garibaldi”	1953
Escola Rural Municipal “Benjamin Constant” ‘1953	1953
Escola Rural Municipal “César Lattes”	1953
Escola Rural Municipal “João Teixeira soares” (antiga “David Carneiro”)	1953
Escola Rural Municipal “José de Alencar”	1953
Escola Rural Municipal “Marcelino Dias”	1953
Escola Rural Municipal “Nilo Pençanha”	1953
Escola Rural Municipal “Conselheiro Jesuíno Marcondes”	1954
Escola Rural Municipal “Frei Timóteo”	1954
Escola Rural Municipal “Júlia da Costa”	1954
Escola Rural Municipal “Cristovão Colombo”	1955
Escola Rural Municipal “Epitácio Pessoa”	1955
Escola Rural Municipal “Olavo Bilac”	1955
Escola Rural Municipal “Teixeira de Freitas”	1955

Fonte: Relatório do Patrimônio Municipal de Maringá.

O Município construía escolas com os poucos recursos disponíveis, muitas vezes contando com a ajuda pessoal do prefeito que era dono de uma serraria, quando não, eram construídas pelos próprios pioneiros em forma de mutirão, pois não eram repassadas verbas públicas para a educação. Contudo, não obstante as dificuldades com recursos materiais (prédios e utensílios escolares), eram os recursos humanos aqueles que mais dificultavam o avanço da rede de ensino público em Maringá. A dificuldade em contratar professores formados que quisesse lecionar nas escolas públicas maringaenses era tamanha que o corpo docente foi sendo formado, com professoras habilitadas pelo o curso Ginásial, outras apenas com o curso primário, mas devido a carência de profissionais na região, foram contratadas também pessoas sem qualquer preparo para o magistério, inclusive algumas sem o curso primário completo.

¹¹ Lei n.º. 790 de 14 de novembro de 1951

Nesse caso, de acordo com documentos do arquivo do Patrimônio Municipal¹², D. Dirce - então diretora da escola - dava-lhes orientação e as mesmas prestavam exames para concluir o curso primário. Da mesma forma, o corpo docente que atuava nas escolas municipais não recebia nenhuma orientação pedagógica por parte das autoridades municipais, trabalhavam todos sob a orientação da professora Dirce Maia.

No início as professoras recebiam pagamento na coletoria Estadual de Apucarana. Aos poucos todas as professoras que até então trabalhavam pelo Município foram nomeadas pelo Estado sem concurso público, apenas através de influência política, passando a receber seus proventos pela Coletoria Estadual instalada em Maringá.

Não havia um programa de ensino nem diretrizes. As orientações pedagógicas e administrativas eram dadas pela Delegacia de Ensino de Londrina, e D. Dirce as repassava as demais professoras. Os conteúdos eram trabalhados e no final de cada ano, organizava-se uma mesa organizadora para aplicar as provas finais, que eram realizadas na forma escrita e oral.

De acordo com apontamentos do Patrimônio Público Municipal de Maringá¹³, o crescimento do povoado, fez crescer também a demanda escolar, levando à criação da 2ª escola pública de Maringá. Assim, em 1948 foi criada uma segunda Escola Pública —“Grupo Escolar do Maringá Novo”¹⁴, a qual em 2 de setembro de 1955, passou a chamar-se “Grupo Escolar Dr. Oswaldo Cruz”, nome escolhido pelos próprios alunos.

As fotografias abaixo (fotografia 05-099/1950 e 06-053/1952) mostram respectivamente a escola Oswaldo Cruz, e um grupo de professores.

¹² Documento não numerado, apenas disponível na pasta referente a educação em Maringá.

¹³ Documento não numerado, arquivado como documento referente a educação em Maringá.

¹⁴ A denominação “Maringá Novo” se dá ao segundo núcleo populacional organizado em Maringá.



Fonte: Acervo de fotos do Patrimônio Municipal de Maringá (foto 05- 099/1950).



Fonte: Acervo de fotos do Patrimônio Municipal de Maringá (foto 06-053/1952).

A construção dessa escola contou com a colaboração da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, que doou a madeira necessária para a construção. Inicialmente contou com 4 salas, que posteriormente foram ampliadas para 11 salas, devido a grande procura pelas famílias que estavam se estabelecendo na região. Outras escolas são criadas entre 1948 e 1950, ainda sob direção da Prefeitura do Mandaguari. O quadro abaixo (Quadro 02), apresenta essas escolas:

Quadro 02: Relação das escolas criadas em Maringá, sob a administração municipal de Mandaguari.

Escola R. Municipal “Álvaro Penteadó”
Escola R. Municipal “D. Pedro II”
Escola R. Municipal “Tiradentes”
Escola “Monte Castelo” (depois Escola “Castro Alves” e atualmente Escola R. Municipal “João Gentilim”)
Escola R. Municipal “Machado de Assis”;
Escola R. Municipal “D. Pedro II”
Escola R. Municipal “Barão do Rio Branco”

Fonte: Relatório do Patrimônio Municipal de Maringá.

Passado o período de criação das primeiras escolas públicas, já na segunda administração do Município de Maringá, a educação pública caiu no descaso; Segundo já mencionado relatório do Patrimônio Público Municipal de Maringá, os professores não recebiam seus ordenados e quando os recebiam eram “vales” conseguidos com muita luta.

Vale ressaltar que para alguns professores poderem receber seus salários os mesmos eram quem procuravam os devedores de Impostos e os acompanhavam até a Prefeitura, para que pudessem receber no ato. Muitas vezes o próprio professor nem sabia quanto ganhava, o que causava descrédito para a categoria que tinha dificuldades para crédito junto ao comércio local. Logo se viu o resultado desta situação: as escolas foram sendo pouco a pouco abandonadas por professores e alunos.

Ainda de acordo com o citado relatório, não demorou muito para que as escolas públicas fossem danificadas, depredadas pela ação do tempo, pela falta de cuidados e até mesmo pela depredação por parte de populares. Diante disso, os sitiante que haviam cedido o terreno para a construção dessas escolas e em muitos casos tinham inclusive construído uma escola em área de sua propriedade, tiveram que contratar professores particulares, que muitas vezes consertavam as próprias carteiras para que as aulas pudessem a ser ministradas.

Os registros do Patrimônio Público Municipal, dão conta de que no que se refere ao programa escolar da rede de ensino público de Maringá, o que se tinha, era a preocupação de ensinar a ler e a escrever. Ficava ao encargo da Prefeitura repassar aos professores as alterações ocorridas no conteúdo dos programas de ensino, que eram sempre estabelecidas pelo Estado. Neste caso, as professoras não recebiam treinamento algum, antes ou durante sua atuação. Algumas orientações necessárias para o funcionamento das classes, eram dadas pela Inspeção Estadual.

Os professores ministravam suas aulas através do sistema era multiseriado, onde o professor lecionava para várias séries numa mesma sala e ao mesmo tempo. De acordo com Amaro e Rodrigues (1999), o calendário escolar estabelecia 180 dias letivos, distribuídos em três ou quatro horas de aula. Segundo os autores, a quantidade de dias letivos e o tempo diário de permanência na escola poderiam variar de acordo com a localização de cada escola, de modo que nas escolas mais afastadas, era descontado o tempo de transporte dos professores e dos alunos, diminuindo do total de horas destinadas para as aulas.

O processo de avaliação era realizado no final de cada mês, como também no final do ano. Era escolhida uma comissão, cujos integrantes pertenciam a Prefeitura (quatro a cinco professores) para ajudar no trabalho nesse trabalho. O aproveitamento escolar era regular, considerando que as crianças não chegavam as últimas séries devido as constantes mudanças dos pais. O índice de reprovação ficava entre 10 e 15%.

À medida que Maringá crescia e formavam-se os grupos mais abastados, e para esses houve a necessidade de oferecer uma educação mais “bem cuidada”. Paralelamente a implantação da rede pública de ensino, empreendeu-se a constituição de uma rede privada oficial de ensino, a iniciativa particular, formada pela elite local (comerciantes, profissionais liberais e proprietários rurais), criava a primeira escola particular, o “Colégio Santa Cruz”, dirigido pelas Irmãs Carmelitas e voltado para o atendimento de crianças em idade escolar, oriundas dessa elite.

Nesse ano também foi criado o “Ginásio Maringá”, em terreno doado pela Cia. Melhoramentos. Esse ginásio passou a denominar-se , em 9 de março de 1955, “Escola Técnica de Comercio Maringá” e em 05 do agosto de 1969, transformou-se no “Colégio Marista de Maringá”.

Apesar dos problemas enfrentados, Maringá se desenvolvia rapidamente e a necessidade de melhor estruturar sua rede de ensino público, fez criar a Inspeção Municipal de Ensino que trabalhava em conjunto com a Inspeção Estadual já instalada em Maringá. O trabalho da Inspeção consistia em cuidar da administração do ensino no Município, em seus aspectos administrativos e pedagógicos.

Contudo o problema fundamental da Educação Municipal na época, estava principalmente na ausência de habilitação dos professores. Assim, as perspectivas de melhorias no ensino público de Maringá, parecem se concretizar à medida que ficava mais próxima a possibilidade de instalação de uma escola específica para formar os professores que deveriam atuar no ensino elementar.

No ano 1956, deu-se início ao processo de criação das Escolas Regional e Normal Secundário, finalmente instaladas por esforço do Sr. João Paulino Vieira Filho, na época promotor público de Maringá, junto ao Governo do Estado, na gestão de Moisés Lupion.

A seguir, apresenta-se alguns aspectos da criação do primeiro Curso Normal Secundário de Maringá.

Sobre a Escola Normal de Maringá

O Curso Normal Regional e o Curso Normal secundário são duas modalidades do ensino específicas para a formação docente. O que difere entre eles é o grau de ensino que cada um representa. Enquanto que o Curso Normal Regional atendia os egressos do ensino elementar (quatro anos iniciais) que desejavam habilitar-se para o magistério primário, o Curso Normal Secundário era uma modalidade de Ensino Secundário - hoje Ensino Médio - que formava professores também para o magistério das quatro séries iniciais (hoje, Ensino Fundamental), em três anos de estudos.

Em todo o Brasil, este último modelo de escola formava professores primários desde o ano de 1835, portanto desde o Período Imperial, quando da instalação da primeira Escola Normal brasileira em Niterói (Município Corte), de acordo com Tanuri (1970). Evidentemente, a partir desta data o movimento de criação de Escolas Normais no Brasil esteve marcado por diversos movimentos de afirmação e de reformulações, mas não obstante a isso, o Ensino Normal atravessou a República e chegou aos anos 40/50, como instituição pública fundamental no papel de formadora dos quadros docentes para o ensino primário em todo o país.

De acordo com o Decreto-lei n. 8.530 de 2 de janeiro de 1946, as finalidades do Ensino Normal em todo o território Federal eram as seguintes:

1. “Prover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias;
2. Habilitar administradores escolares às mesmas escolas;
3. Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância.”

Em Maringá, onde a sistema de ensino estava em franca ascensão, pelo menos no que diz respeito a expansão física das escolas, era imperioso que houvesse uma

escola de formação de professores. Não se podia mais admitir uma cidade com tantas escolas e tão pouco professores habilitados para o cargo.

A Professora Branca da Mota Vieira, ex-professora do ensino público em Maringá e também esposa do ex-prefeito de Maringá João Paulino Vieira, relata em entrevista gravada e arquivada pelo Instituto Estadual de Educação de Maringá¹⁵, relata que seu marido, na época promotor público em Maringá, usou de toda a sua influência junto ao governo do estado, para a Escola Normal fosse instalada na cidade. D. Branca disse também, que esta era uma reivindicação antiga dos professores e da comunidade maringaense.

Tratava-se de um curso profissionalizante (hoje, Nível Médio) que de acordo com histórico fornecido pelo Instituto Estadual de Educação de Maringá, atendia os alunos egressos do 1º grau dos bairros mais afastados e era frequentado por alunos de cidades vizinhas que não possuíam uma escola desta natureza. Esta escola era dirigida pelo Professor Agostinho Veroneze desde 1956 que acumulava os cargos de professor e diretor da escola.

Para ingresso no Curso Normal Secundário oferecido, era necessário, além de prestar exames admissionais, também atender aos critérios estabelecidos para a inscrição no curso¹⁶, a saber:

1. Certidão de nascimento, comprovando idade mínima de treze anos;
2. Atestado médico, certificando que o candidato se encontrava em boas condições de saúde e não tinha predisposição para tuberculose, neuropatias, defeitos de linguagem ou ser sinistro exclusivo;
3. Diploma de conclusão do curso primário;
4. Três fotografias 3x4.

A grade curricular do curso instalado em Maringá (Quadro 03), não diferia das grades dos demais cursos em funcionamento em todo o Brasil. Aliás, há muito, os currículos das Escolas Normais brasileiras vinham salvaguardando os mesmos princípios científicos com ensinamentos que primavam mais pelos conhecimentos gerais do que pelas especificidades da formação docente. No entanto, o caráter científico da Biologia e Anatomia, Psicologia (citando alguns exemplos) que caracterizava o curso, conviviam

¹⁵ Entrevista concedida ao I.E.E.M no ano de 1996 em evento comemorativo do aniversário da escola. Arquivada em sua biblioteca em fita de vídeo, sem catalogação.

¹⁶ Histórico Arquivo do Instituto de Educação Estadual de Maringá.

com o toque ornamental empregado pelo ensino de Canto orfeônico e trabalhos manuais, enfatizados em toda a extensão do Curso Normal.

Quadro 03:Grade curricular do Curso Secundário Normal de Maringá

ANO	DISCIPLINAS
1º.	Português, Matemática, Química e Física, anatomia e Fisiologia Humanas, Música e Canto Orfeônico, Desenho e Artes aplicadas, Educação Física, Recreação e Jogos.
2º.	Música e Canto Orfeônico, Desenho e Artes Aplicadas, Educação Física, Recreação e Jogos, Biologia Educacional, Psicologia Educacional, Higiene, Educação Sanitária e Puericultura, Metodologia do Ensino Primário.
3º.	Música e Canto Orfeônico, Desenho e Artes Aplicadas, Educação Física, Recreação e Jogos, Psicologia Educacional, Higiene, Educação Sanitária e Puericultura, Sociologia da Educação, História e Filosofia da Educação, Prática de Ensino.

Fonte: Arquivo do Instituto de Educação Estadual de Maringá

A devida análise dos componentes curriculares do Curso Normal em estudo não foi possível neste trabalho de pesquisa. Outras leituras e análises careceriam ser empreendidas a fim de significar os dados encontrados acerca do conteúdo programático do curso.

CONCLUSÃO

Chegou-se ao final da pesquisa, e enfim, a hipótese de que a Escola Normal de Maringá, embora tivesse suas particularidades seguia o padrão das demais Escolas no Brasil, se confirmou. Dizendo assim, que a hipótese foi confirmada, parece que não há mais nada a dizer, ou então, que a pesquisa não foi tão reveladora...Na verdade, à medida que a hipótese inicial foi sendo corroborada pelo tratamento dos dados levantados, muitos dados encontrados foram revelando elementos diversos que envolveram a criação da Escola Normal na “particularidade” de Maringá: sua economia, a política, sua gente... Tudo isso, compôs uma parte da história da Escola Normal em Maringá ao mesmo tempo em que a situou na história do Brasil.

Este trabalho não teve a intenção, ou a pretensão de revelar todos os elementos envolvidos na criação da referida escola. Revelou-se alguns. Outros certamente ainda

estão por descobrir. Contudo, cabe ressaltar que descobrir ou revelar dados não significa um trabalho de compilação, mero amontoado de dados com significação estática, factual. A esse respeito Buffa e Nosella (1996, p.115) advertem para o seguinte: “...é preciso dizer que tudo isso (fontes, leituras, etc.) não é suficiente para se escrever uma história. Sem questões e hipóteses definidas, sem uma determinada orientação teórica, os dados empíricos amontoam-se confusamente e não revelam seu significado profundo.”

Quanto aos elementos que buscam contextualizar a educação brasileira no período de 1940e 1950 destacados, o que se pode inferir é que, a Escola Normal administrada por esta sociedade especificamente, insere-se num projeto de educação baseado nos ideais escolanovistas para uma sociedade nacionalista de governos populistas e sobretudo, sob forte apelo popular. A Escola Normal era requisitada para formar e transformar os precários quadros docentes em todo o país tinha como objetivo fundamental instruir a população para o chamado “exercício da cidadania” (voto, emprego, etc.). Esta certamente era também a demanda de Maringá, ainda que se tratasse de um recém-criado Município.

Talvez seja necessário avaliar a conjuntura em que se deu a instalação da Escola Normal em Maringá. Neste sentido, uma proposição é fundamental: A de que a demanda por uma escola que formasse os professores para o ensino primário era genuína. A cidade realmente crescia muito rapidamente a urgência em se criar escolas primárias para instruir a população que se organizava no núcleo de Maringá, trazia também a necessidade de professores habilitados para o ensino.

No caso específico de Maringá, é importante considerar a precocidade com que a Escola Normal foi reivindicada e instalada. A explicação para o fato talvez esteja na rapidez com que o antigo núcleo colonizador se desenvolveu até atingir o *status* de município. A cidade, ocupada planejadamente, logo alcançou organização suficiente para requerer um sistema de ensino mantido pelo poder público tal como os de cidades mais antigas. Do desenvolvimento econômico derivou uma elite com força política que “chamava” para Maringá os serviços públicos, dentre eles o da educação. E foi neste contexto que se deu a instalação da Escola Normal na cidade: havia demanda e articulação política.

A análise que se pode empreender a partir dos dados revelados pelo trabalho de pesquisa é que, conforme já descrito neste relatório, a elite maringaense era composta por abastados comerciantes, fazendeiros, industriais e que daí saíam seus representantes

legais na política. Eram eles quem reivindicavam as melhorias para a cidade e por conseguinte, uma Escola Normal. A Professora Branca Vieira, professora primária na década de 1950 e esposa de um ex-prefeito de Maringá, relata (na mesma entrevista anteriormente citada) as benfeitorias para a cidade dependiam do poder de barganha das autoridades locais. Assim, não obstante ao movimento nacional em torno da democratização do ensino, pode-se dizer que a instalação da Escola Normal em Maringá teve inegavelmente a participação da elite política da cidade.

De todo modo, é certo que essas escolas no Brasil passaram por diversas transformações ao longo de todos esses anos. Estas mudanças ocorreram (como ocorrem hoje) a fim de amalgamar o padrão educacional que a sociedade quer imprimir. A gênese da Escola Normal em Maringá tem a marca da sociedade maringaense, mas é, sobretudo, parte de um projeto nacional de educação pública.

Referências históricas

AMARO, H. S; RODRIGUES, I. S. Educação municipal em Maringá: uma história em meio século. In: DIAS, R. B; GONÇALVES, J.H.R. **Maringá e o norte do Paraná: Estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999.

ARANHA, M. L. A. **História da Educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.255 p.

DE MARCHI, Neusa Altoé. **Educação em Maringá: contexto sócio-econômico e político**. 1988. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) Universidade Metodista de Piracicaba.

DIAS, R. B; TONELLA, C. **A experiência do legislativo municipal em Maringá – 1947/1998**.Maringá: Câmara Municipal, 1999.

DIAS, R. B; GONÇALVES, J.H.R. **Maringá e o norte do Paraná: Estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999.

FAZENDA, I. C. **Educação no Brasil anos 60: O pacto do silêncio**. São Paulo: Loyola, 1985. (Coleção Educar).

FERNANDES, F. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Dôminus,1966.

FUNDEPAR. **O Ensino Normal no Paraná e os recursos humanos para o desenvolvimento**. 1971, 88 p.

GHIRALDELLI Jr. P. **História da Educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1992. 249 p. (Coleção Magistério 2º. Grau - Série Formação do professor) .

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira**: Maringá.1980. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Paulo, 1980.

LUZ, France. **As migrações internas no contexto do capitalismo no Brasil**: A microregião “Norte Novo de Maringá”. 1988, Tese (Doutorado em Historia Social), Universidade de São Paulo, 1988.

NOSELLA, P; BUFFA, E. **Shola Mater**: a antiga Escola Normal de São Carlos. São Carlos: EDUFSCar, 1996. XXX p.

NUNES, C. **Formação Docente no Brasil**: entre avanços legais e recuos pragmáticos. In: I Congresso Brasileiro de História da Educação, 2000.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 267 p.

ROMANELLI, O . **História da educação no Brasil – 1930-1973**. Petrópolis: Vozes, 1980.

TANURI, L. M. **Contribuição para o estudo da Escola Normal no Brasil**. Pesquisa e planejamento. São Paulo, v13, dez.1970, p. 7-98.

SCHAFFRATH, M. A. S. **A Escola Normal Catharinense de 1892**: profissão e ornamento.1999.Dissertação (Mestrado em educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999

Referências documentais - Legislação

- Lei n ° 456, de 12 de dezembro de 1876;
- Decreto-lei n. 8.530 de 2 de janeiro de 1946;
- Decreto-lei 8.529 de 2 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Primário);

- Decreto-lei 8.530 de 2 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal);
- Decretos-lei 8.621 e 8.622 de 10 de janeiro de 1946 (criam o Serviço nacional de Aprendizagem Comercial);
- Decreto-lei 9.613 de 20 de agosto de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Agrícola);
- Lei Estadual n. 2.532 de 13 de Dezembro de 1955;
- Decreto n ° 2.548 de 20/09/1958;
- Lei 4.024 de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).